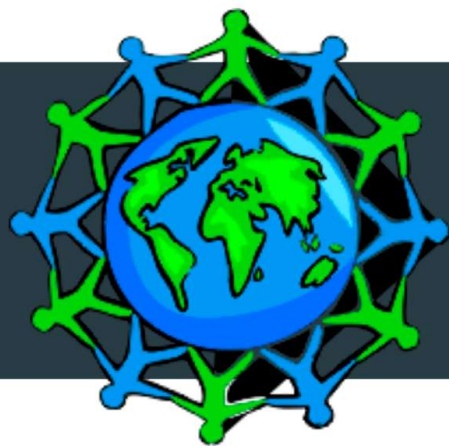




Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL/ POLÍTICAS SOCIAIS E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS

**THE SOCIAL SERVICE / SOCIAL POLICY RELATIONSHIP AND PROFESSIONAL EXERCISE:
SOME POINTS**

Renata Martins de Freitas¹

RESUMO

É histórica a relação entre o serviço social e as políticas sociais no âmbito do modo de produção capitalista e suas transformações. Apresentamos neste ensaio apontamentos sobre esta relação e o exercício profissional de assistentes sociais na contemporaneidade. Destacamos a importância da mencionada relação desde a constituição da profissão, tendo as políticas sociais como principal campo de atuação de assistentes sociais, trazendo-lhes requisições e expectativas de respostas profissionais. Sendo profissão interventiva, refletimos sobre o projeto ético-político profissional, que não pode estar subsumido às políticas sociais, sendo fundamental que reconheçamos suas contradições no seio da sociedade capitalista contemporânea, a condição de assalariamento de assistentes sociais, os limites e possibilidades do exercício profissional neste âmbito, os riscos de desprofissionalização e a importância de fortalecimento das entidades que atuam em defesa do serviço social.

Palavras-Chaves: Serviço Social; Políticas Sociais; Exercício Profissional.

ABSTRACT

The relationship between social work and social policies in the context of capitalist social relations and their transformations is historic. In this essay we present notes on this relationship and the professional

¹ Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaguaí. Conselheira no Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região (Gestão 2020-2023) e Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ (PPGSS-UFRJ).

practice of social workers in contemporary times. We highlight the importance of the relationship since the constitution of the profession, with social policies as the main field of action for social workers, bringing them requests and expectations for professional responses. As an interventional profession, we reflect on the professional ethical-political project, which cannot be subsumed to social policies, and it is essential that we recognize its contradictions within contemporary capitalist society, the condition of salaried social workers, as well as the limits and possibilities of professional practice in this area, the risks of deprofessionalization and the importance of strengthening the entities that act in defense of social work.

Keywords: Social Work; Social Policy; Professional Practice.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão de cunho interventivo cujo histórico tem forte vinculação com as respostas do Estado às expressões da “questão social”² via políticas sociais, que até hoje são o maior campo de trabalho desta categoria profissional.

A profissão é regulamentada por meio da Lei 8662 de 1993³, onde constam suas atribuições e competências como especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho. Guarda, portanto, particularidades e especificidades importantes. Ademais, possui um projeto profissional⁴ ancorado em princípios éticos que trazem à tona a defesa de valores baseados na liberdade, na justiça social, tendo como horizonte um projeto de sociedade sem dominação de nenhuma natureza.

² A “questão social” é um processo gerado a partir da produção social da riqueza e sua apropriação privada, havendo, portanto, socialização de custos e apropriação privada de lucros dada a subsunção do trabalho e de diversos aspectos da vida e das necessidades humanas ao Capital, gerando desigualdades, pauperismo, barbárie, mas também rebeldia, contestação. As consequências destas desigualdades ganham a cena pública e trazem à tona as demandas por respostas. Segundo Mandel, é neste momento que surge o Estado Capitalista, com função de mediar as relações entre as classes sociais fundamentais, quais sejam: a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho, e a burguesia, detentora dos meios de produção. O referido autor, inclusive, analisa que o Estado possui três funções primordiais: criação de condições para realização da produção; a repressão e a manutenção da coesão a fim de reproduzir a ideologia dominante. Para conhecer melhor este debate, indicamos a leitura de Mandel (1982). Para importante e densa leitura acerca da “questão social”, indicamos Netto (2007).

³ Para conhecer a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional de Assistentes Sociais

⁴ Para adensar reflexões sobre “a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, indicamos consulta a Netto (2009). O autor, entre outras ponderações, indica-nos que um projeto profissional possui dimensões como “(...) imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (p.147). No Serviço Social, o Projeto Ético-Político construído pela categoria mediante “intenção de ruptura” com o conservadorismo não é o único existente, não é exclusivo, uma vez que não estamos tratando de um campo profissional homogêneo.

Embora seja uma profissão dita “liberal”, assistentes sociais são profissionais cujo exercício é mediado pela sua condição de assalariamento e contratação com expectativa de que atendam requisições institucionais, geralmente relacionadas à oferta de serviços sociais. Tais requisições não estão desassociadas da imagem social da profissão, da legitimidade construída historicamente para empregadores(as) e usuários(as), assim como pelas históricas respostas profissionais fornecidas pelos sujeitos em seu cotidiano. Contudo, as requisições trazidas dada a contratação para atuar em uma política social não necessariamente são as requisições profissionais construídas no projeto ético-político do serviço social brasileiro.

Portanto, embora o serviço social e as políticas sociais tenham estreita relação, defendemos que é necessário que contextualizemos o caráter da profissão e das políticas sociais em sua relação com o modo de produção capitalista, com as atuais relações de trabalho sob este modo de produção, o lugar das políticas e direitos sociais sob o neoliberalismo e os impactos para o exercício profissional de assistentes sociais.

Compreendendo o aspecto visceral, mas prenhe de contradições da relação entre Serviço Social e políticas sociais, propomo-nos nos limites deste ensaio, a tratar deste tema, sua importância para a profissão e sua “profissionalização” e rebatimentos no cotidiano do exercício profissional, bem como compreender suas tensões no seio do capitalismo contemporâneo.

2 APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

O Serviço Social brasileiro possui com as políticas sociais uma relação, que, nos termos de Guerra (et.al., 2016) não pode ser considerada circunstancial. A profissão se conforma como uma especialização do trabalho coletivo para responder às necessidades sociais da população por meio da execução de serviços sociais. Afinal, recebe um mandato para executar políticas sociais e uma legitimidade na medida em que consegue fornecer respostas às demandas advindas da sociedade e do Estado.

As políticas sociais, por sua vez, podem ser tratadas como respostas do Estado capitalista burguês às expressões da “questão social”. Muito embora possam ser consideradas “vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital”, não estão desvinculadas do Estado capitalista e sua natureza de mediador na

luta de classes com demarcação de um lugar favorável ao capital. Portanto, tais políticas sociais respondem às necessidades do capital de manter o controle sobre a Classe Trabalhadora e suas “insurgências”, mas não deixam de ser respostas às expressões da “questão social”, não só tidas como desigualdades, mas também como lutas que levam estas desigualdades à cena pública, exigindo repostas às suas demandas. Os direitos e as políticas sociais estão neste campo contraditório, assim como o próprio Serviço Social como profissão o está.

No caso brasileiro, sabe-se que as repostas do Estado às expressões da “questão social”, tendo-as como “casos de política”, sem prescindir de estratégias repressoras para alguns grupos e momentos, ocorre a partir da década de 1930 com o governo Vargas e guarda grande influência da tradição católica e suas “soluções” face às desigualdades que surgem na cena pública “impondo a necessidade de antecipar as possibilidades de insurgência e cooptar parcelas dos trabalhadores” (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p.123). Neste contexto “nasce” o Serviço Social brasileiro. Ortiz (2013) reflete que as “marcas de origem” da profissão são vinculadas à ajuda e à caridade, o que contribui para formar uma imagem social desta profissão.

As respostas fornecidas no campo profissional contribuem para que o Serviço Social adquira uma legitimidade social enquanto profissão. Cabe aqui mencionar, por exemplo, que a primeira Lei de Regulamentação do Serviço Social fora promulgada em 1957, demonstrando aí o reconhecimento de seu fazer profissional e sua consolidação.

Assistentes Sociais são chamadas(os) ao controle da classe trabalhadora e atendimento às demandas relativas à sua reprodução social. As intervenções profissionais dadas as requisições do Estado brasileiro trazem à tona a necessidade de profissionalização de nossas intervenções mediante viés tecnicista e conservador.

Na década de 1980, contudo, consolida-se um processo advindo de décadas anteriores, de “intenção de ruptura” com o conservadorismo e almejando a constituição de um projeto profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora, à defesa de seus direitos, defendendo um projeto de sociedade sem dominação de classe, etnia, gênero, a “liberdade como valor ético central”, a “defesa dos direitos humanos” e a “recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Este projeto profissional consolidado normativamente na Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993) e no Código de Ética Profissional de 1993 traz novos desafios ao Serviço Social. A(o) profissional de

Serviço Social deve ser crítico, criativo e propositivo, articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em seu exercício profissional⁵ Os valores que orientam a profissão são centrais para a compreensão das direções das respostas fornecidas no cotidiano profissional. Não se trata apenas de normas a serem seguidas, mas valores que devem ser incorporados. Tudo isto corrobora para a constituição de uma imagem social renovada, que, contudo, não “apaga” as heranças históricas de um conservadorismo que não foi embora e permanece vivo na disputa pelo projeto profissional hegemônico.

Ortiz (2013) traz tais ponderações para o debate, deixando nítido que as requisições institucionais, as expectativas a partir das quais as(s) assistentes sociais são convocadas(os) são impregnadas por esta imagem social construída historicamente, que alia as “marcas de origem” da profissão aos traços renovados, ambos convivendo de maneira dialética e isto “constitui a particular imagem que o Serviço Social possui no Brasil, cujo sujeito profissional é simultaneamente representado pela ‘moça boazinha que ajuda’ e ‘aquela que defende direitos’” (p.123).

Importante demarcarmos, nesta “perspectiva renovada”, o que são os direitos e o que é a “defesa dos direitos humanos” que figura entre os princípios éticos da profissão na atualidade. Estes direitos são considerados tendo como fundamentos a realidade e as necessidades humanas, não necessariamente as letras frias de leis, conforme publicadas. Até mesmo porque, o direito formal traz uma concepção de “igualdade perante a lei” que não se confirma na realidade ou na materialidade da vida dos sujeitos. Tendo o Serviço Social as “expressões da questão social” como matéria-prima de sua intervenção, entendemos os direitos a partir destas expressões, das desigualdades e a luta dos sujeitos pela cidadania. Nossa matéria-prima são, portanto, as relações sociais que sob esta sociabilidade são desiguais, agravadas a cada crise do modo de produção capitalista em sua sanha destrutiva da natureza incluindo aí a humanidade e subsumindo todos os aspectos da vida humana ao mercado.

Os direitos, sob esta concepção, são fruto de lutas da classe trabalhadora, não somente da “concessão” das frações da classe burguesa no poder em cada momento histórico. Neste contexto atual, temos um bárbaro cenário de destituição de direitos

⁵ Para acesso a um debate acerca das três dimensões, vide Guerra (2017).

formais e ataques às políticas sociais. O capitalismo contemporâneo tem adensado os processos de barbarização da vida, aprofundamento do conservadorismo, aprofundando, nos termos de Barroco (2013), o “abismo entre a desigualdade e a liberdade, entre a riqueza e a pobreza que atingem níveis nunca vistos” (p.59). Conquistas antes realizadas pelas lutas da classe trabalhadora têm sido minadas. Neste cenário, Barroco (2013) destaca o espraiamento da pobreza, o “enxugamento do Estado”, a miséria material, mas também espiritual “reproduzindo formas de alienação na totalidade da vida social”, a generalização da desproteção social, os retrocessos no que tange à organização política da classe trabalhadora na luta por seus direitos e o recrudescimento de estratégias de criminalização da pobreza.

Neste contexto de avanço do ultraneoliberalismo, temos sucessivos ataques às políticas sociais. Vemos em Behring (2018) que

Em verdade, as políticas sociais vêm sendo pensadas para compensar a intensificação da exploração, que implica em processos de pauperização absoluta e relativa na maioria das vezes combinados, a depender da luta de classes nos espaços nacionais, e considerando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a busca do diferencial de produtividade do trabalho. [...] Mas nunca podemos olvidar a natureza contraditória e de atendimento a necessidades concretas da classe trabalhadora que está presente nas políticas sociais, razão de sua presença necessária nas pautas dos trabalhadores, disputando o fundo público no contexto da luta de classes. (p.49).

Compreender a concepção de direitos, a matéria do Serviço Social e a natureza contraditória das políticas sociais contribui para que possamos estabelecer uma relação de mediação e não de subsunção com estas políticas sociais e direitos formalmente estabelecidos. Não estamos aqui defendendo a recusa das normas, mas que nossa relação com as políticas sociais precisa vir com a compreensão da natureza da intervenção profissional. É preciso que tenhamos a habilidade de realizar análises sobre a realidade, as políticas sociais e as disputas em torno disto. Que consigamos perceber esta concepção de direitos que transcende a norma e compreende a dinâmica da realidade em constante transformação ou com potencial para transformação.

Neste sentido, cabe-nos ressaltar mais um aspecto da “visceral” relação entre o Serviço Social e as Políticas Sociais: o fato da profissão ter importantes contribuições teóricas neste campo. Trata-se de privilegiado campo de estudos no âmbito do Serviço Social, e também de incidência política. Behring e Boschetti (2016) enfatizam a

importância das contribuições do Serviço Social para o campo das políticas sociais, destacando a relevância das entidades representativas da profissão no “desenho da Seguridade Social Brasileira” (p.129).

Ademais, as políticas sociais ainda são as maiores “empregadoras” de assistentes sociais. Portanto, a profissão é requisitada para atuar no âmbito destas políticas sociais, além de tê-las como mediações na garantia de direitos da população usuária.

Compreendendo o supracitado, podemos apreender que um contexto de regressão de direitos e disputas pelo fundo público com redução de recursos para as políticas sociais, afeta sobremaneira o trabalho profissional de assistentes sociais. Esta reflexão é trazida por Iamamoto (2012):

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal [...]. A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos (p.52)

A escassez e redução de gastos com políticas sociais, subsumindo tais políticas às econômicas, afetam o exercício profissional no cotidiano, e também os campos de atuação de assistentes sociais. Por isso, ao longo dos anos, entidades representativas da categoria, como é o caso do Conjunto CFESS/CRESS, têm atuado na defesa das políticas sociais públicas, mas a partir de um caráter universal. Isto também corrobora, em última instância, com a defesa da profissão e do Projeto Ético-Político profissional.

No escopo das políticas sociais, empregadoras de assistentes sociais, as incidências e reflexos impostos pela perspectiva neoliberal afetam o cotidiano profissional também no que tange às relações de trabalho, as requisições institucionais e as estratégias para defesa da profissão. Importante, portanto, que realizemos apontamentos acerca da relação entre as políticas sociais e o exercício profissional de assistentes sociais, tendo ênfase no “chão” em que ele ocorre. Nos termos de Matos (2015), o cotidiano.

3 (DES)CAMINHOS ENTRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro traz em sua construção o horizonte de um novo modelo de sociedade, contrastando sobremaneira com as relações sociais sob o capitalismo e seus ataques às políticas e direitos sociais, à organização da classe trabalhadora, aos ecossistemas e à sua lógica do lucro em detrimento das vidas humanas.

As políticas sociais, seguindo esta lógica capitalista, cada vez menos atendem às demandas trazidas pela classe trabalhadora a partir do movimento da luta de classes. Esta tensão e as contradições das políticas sociais afetam o chão em que ocorre o exercício profissional de assistentes sociais de diversas maneiras.

Cabe-nos aqui ponderar acerca da importante mediação entre o exercício profissional de assistentes sociais e sua condição de assalariamento na atualidade, compreendendo as transformações no mundo do trabalho nos últimos anos. Esta condição traz como consequências para o trabalho profissional que os recursos para desenvolvimento do trabalho são fornecidos ou de responsabilidade de empregadores(as). Com o sucateamento e redução de recursos nas políticas sociais, as maiores empregadoras de assistentes sociais, entendemos o contexto de precarização em que se exerce a profissão no cotidiano. O assalariamento também subordina, em alguma medida, o exercício profissional às requisições institucionais, sem, contudo, deixarmos de considerar a relativa autonomia do(a) trabalhador(a) social em seu cotidiano.

Outra armadilha atual do mundo do trabalho é a requisição por profissionais cada vez menos especializados, mais flexíveis, polivalentes e que contribuam realizando as mais diversas funções, a despeito de suas atribuições e competências, o que também atinge trabalhadores(as) das políticas sociais, incluindo assistentes sociais. Estas requisições podem ter como uma de suas consequências a desprofissionalização e desespecialização das profissões, conforme pesquisa realizada por Raichelis (2020).

As condições de trabalho e condições para a qualidade dos serviços prestados à população por parte do Serviço Social são diretamente influenciadas pela redução de recursos destinados às políticas sociais.

Além destes rebatimentos, estudos têm apontado que assistentes sociais têm subsumido a finalidade de seu exercício profissional às finalidades das políticas sociais ou mesmo às normas institucionais de maneira acrítica, além de termos cada vez mais relatos de empregadores(as) que tentam ditar como e de que maneira assistentes sociais devem trabalhar (MATOS, 2015). O cotidiano em que ocorre o exercício profissional tem entre suas características ser o espaço/tempo do imediatismo, das urgências, da superficialidade. Este “chão” em um contexto de regressão de direitos desafia profissionais em seus campos de atuação, pois sem reflexões, a impressão que podem ter é a de que não há alternativas, uma vez que muitas das vezes não há serviços ou mesmo direitos formais a se reivindicar. Contudo, não se pode esquecer que as respostas trazidas por profissionais trazem legitimidade à profissão quanto mais qualificadas elas forem.

Requisições institucionais e demandas enviesadas também possuem relação com a imagem social da profissão que se dá de maneira particular, conforme já apontado neste ensaio. Usuários(as), empregadores(as) e mesmo assistentes sociais trazem nas requisições a herança e as mediações da constituição desta imagem social. Cumpre a relevância de profissionais entenderem e buscarem a materialização do Projeto Ético-Político Profissional, assim com apreenderem o que significa a “matéria de serviço social” tão mencionada na Lei de Regulamentação da Profissão. Sem isto, a matéria de Serviço Social pode parecer a mesma matéria ou objeto de intervenção da política social na qual atua a(o) assistente social. Raichelis (2020) aponta que

Não se trata de questionar as necessidades de normas e de monitoramento e avaliação do trabalho, mas sim o excesso de normatização, padronização e centralização do trabalho social e da própria política social, sem que muitas vezes trabalhadores/as se contraponham e negociem propostas alternativas. Também tem sido comum que profissionais restrinjam suas leituras a esses manuais, documentos técnicos, legislação específica, produzidos nos marcos de cada política social, certamente necessários para o desempenho institucional, mas insuficientes como fonte exclusiva de conhecimento sobre as políticas sociais, o que vem contribuindo para uma reprodução acrítica dos textos oficiais, uma diluição do Serviço Social na política social e frágil apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos do trabalho profissional. E, ainda, tem conduzido profissionais à subordinação aos objetivos institucionais, distanciando-se da direção social estratégica que deve orientar as propostas profissionais, de acordo com as prerrogativas, atribuições e competências profissionais, à luz dos valores e princípios que orientam o projeto coletivo da profissão. Nessa ambiência institucional, vai se processando a intensificação do trabalho, incorporada de forma sutil e gradativa, nem sempre perceptível para os sujeitos, por meio de um modelo

de gestão do desempenho que adota ferramentas do setor privado, como já apontado, com indicadores de resultados e sistemas de incentivos orientados por avaliações sistemáticas e subordinados à demanda de “cidadãos-clientes”. (p.34)

Estas considerações apontam para uma desprofissionalização do Serviço Social e para a tendência a uma diluição de suas especificidades e particularidades no exercício profissional nas políticas sociais. A relação entre profissão e políticas sociais é visceral, mas não se trata da defesa de uma relação simbiótica. Pelo contrário. Defesa das prerrogativas profissionais aponta para uma tendência distinta daquela que têm precarizado os serviços sociais e reduzido direitos e acessos à população usuária.

Fávero (et.al.,2020) indica que é necessário que assistentes sociais associem o que ocorre no cotidiano com a totalidade social, questionando demandas institucionais e reinterpretando-as à luz do Projeto Ético-Político Profissional. Afinal, não é raro haver contradições entre a finalidade institucional e a finalidade profissional.

Guerra (2017) reforça, neste contexto, a importância da dimensão investigativa da profissão, a partir da qual é possível criar estratégias para conhecimento mais aprofundado sobre a realidade da vida de sujeitos a quem são ofertados os serviços onde atuamos. Assistentes Sociais têm como fundamento de sua atuação a realidade, as relações sociais tal como se materializam na vida dos sujeitos, com competência para análises e subsídios a esta mesma população para que também tenha como norte a luta pela ampliação destes direitos. Santos (2010) destaca sobre a necessidade de assistentes sociais decifram e desvelarem as “determinações socio-históricas”, a fim de elaborarem “respostas profissionais qualificadas” e apontarem denúncias de violações de direitos ou insuficiência de recursos ou serviços, por exemplo.

Iamamoto (2013) aponta para as contradições da profissão, que serve aos interesses do capital, participando também de respostas às necessidades do trabalho e enfatiza a importância de que tais necessidades sejam enfrentadas coletivamente, em articulação com movimentos sociais, sujeitos que compõem o campo democrático, abandonando a perspectiva fatalista, de que nada pode ser feito ou a voluntarista, de que superestima as possibilidades profissionais, sem contemplar os limites que lhe são inerentes.

Raichelis (2020) pondera acerca da proximidade que assistentes sociais possuem com a população usuária como potencial para a realização de um trabalho político-pedagógico, conhecimento sobre os modos de vida da população e elaboração conjunta e coletiva de estratégias para enfrentamento à conjuntura. A isto alia-se a consideração de Iamamoto (2013), segundo a qual a linguagem é o maior dos instrumentos do exercício profissional de assistentes sociais.

Neste sentido, requisições institucionais e objetivos de cada política pública podem ser transformados, alargados ou mesmo tensionados favoravelmente tendo em vista respostas às necessidades sociais da população por intermédio da atuação de assistentes sociais, desde que compreendam sobre qual matéria devem incidir suas ações.

Desta forma, tecemos mais um aspecto da relação entre políticas sociais e o exercício profissional de assistentes sociais, compreendendo a importância da defesa das particularidades da profissão e neste sentido trazendo à tona também a importância das entidades da categoria que possuem funções precípuas de orientar, fiscalizar e defender o exercício profissional, ainda mais em tempos de “ataques” às regulamentações profissionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio trouxe à tona a fundamental relação entre as políticas sociais e o Serviço Social como profissão, tendo sido estas respostas do Estado às expressões da “questão social” importantes para a constituição e profissionalização do trabalho realizado por assistentes sociais. Ademais, trata-se de campo importante de pesquisas em que há diversas contribuições teóricas e políticas do Serviço Social e de suas entidades representativas. Trata-se também das maiores empregadoras de assistentes sociais e mediações na realização cotidiana do exercício profissional.

Os ataques contemporâneos às políticas sociais e contexto de regressão de direitos em diversas medidas agravam as condições de realização do trabalho e exercício profissional de assistentes sociais. E as mudanças no mundo do trabalho trazem uma subsunção cada vez maior das finalidades profissionais às finalidades institucionais, diluindo particularidades e provocando uma caminhada pelos (des)caminhos da

desprofissionalização e da desespecialização. Afinal, o que todos(as) podem fazer não quer especialização, regulamentação ou uma profissão específica. Entendemos aqui a gravidade desta situação, uma vez que respostas genéricas e que também aquelas que não se diferenciem daquelas fornecidas por leigas(os) põem em risco a própria existência da profissão com especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho.

A relação “visceral” com as políticas sociais não deve fazer com que a profissão seja diluída ou subsumida a cada política. A matéria de serviço social (“as expressões da questão social”), faz com que atuemos sobre as dinâmicas relações sociais, a partir das quais direitos são conquistados ou perdidos, políticas são construídas ou transformadas, de acordo com interesses da população, do capital e da dinâmica da luta de classes. Compreender isto faz com que possamos melhor apreender o lugar do Serviço Social em sua relação com as políticas sociais, seus limites e possibilidades e mesmo seu potencial para atuar no sentido de “alargar” objetos institucionais, democratizar espaços institucionais ou mesmo de potencializar a luta por direitos na perspectiva da emancipação política.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M.L. A historicidade dos direitos humanos. *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). **Ética e Direitos: ensaios críticos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BEHRING, E.R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In*: BOSCHETTI, I. [et.al. - orgs]. **Marxismo, política social e direitos**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In*: SILVA, M.L.O. (org). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei de Regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: CFESS, 2012.

FAVERO, E.T. [et.al.]. Processos de trabalho e documentos em Serviço Social: reflexões e indicativos relativos à construção, ao registro e à manifestação da opinião técnica. *In*: CFESS. **Atribuições privativas da/o Assistente Social em questão**. v. 2. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> . Último acesso em 31/05/2020.

GUERRA, Y. [et.al.]. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: **XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL**. Espírito Santos: Anais do ENPESS, 2016. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf> Último acesso em 31/05/2020.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C.M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, M.V. As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A.E. [et.al.] (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1 ed. ampliada. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf> . Último acesso em 31/05/2020.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANDEL, E. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATOS, M.C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0678.pdf> . Último acesso em 31/05/2020.

NETTO, J.P. Estado e Questão Social no Capitalismo dos Monopólios e Cinco Notas a propósito da Questão Social. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A.E. [et.al.] (orgs). 4 ed. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, F.G. Serviço Social e ética: a constituição de uma imagem social renovada. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (orgs). **Ética e Direitos: ensaios críticos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. **Atribuições privativas da/o Assistente Social em questão**. v. 2. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> . Último acesso em 31/05/2020.